

PODER POLÍTICO LOCAL E O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

André do Nascimento Lima

. Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

andrelima.itz@ifma.edu.br

Mônica Aparecida da Rocha Silva

. Universidade Federal do Tocantins (UFT)

monicars@uft.edu.br

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Pará (UFPA)

tefam@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o poder político local e o papel desempenhado pelos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) da microrregião do Bico do Papagaio, localizada no estado do Tocantins.

A opção pelos CMEs da microrregião do Bico do Papagaio como objeto de pesquisa teve como motivo central o fato desta ser uma localidade onde tais instâncias colegiadas ainda não foram estudadas, podendo, então, trazer contribuições para a área investigada. Desse modo, esta pesquisa tem a finalidade de colaborar para uma melhor compreensão do processo de participação social, por meio do CME, especialmente como entidade fiscalizadora da gestão municipal da educação.

A metodologia teve como base a pesquisa quali-quantitativa e na coleta de dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a conselheiros e secretários de educação de

03 (três) municípios da microrregião do Bico do Papagaio: Augustinópolis, São Miguel e Tocantinópolis. Cabe ressaltar que a entrevista semiestruturada se constituiu na principal técnica de coleta de dados.

Deste modo, foram realizadas 12 (doze) entrevistas, contemplando conselheiros e secretários de educação dos três municípios estudados, sendo 09 (nove) conselheiros de diferentes segmentos representativos da sociedade civil e 03 (três) dirigentes da pasta da educação dos respectivos municípios em que os CMEs foram analisados. Para as citações das entrevistas foram empregados códigos: C para conselheiro de educação e S para secretário de educação. Os dados coletados foram examinados mediante o referencial teórico-metodológico sobre poder político e controle social.

A microrregião do Bico do Papagaio é uma das oito microrregiões do estado do Tocantins, formada por um conjunto de 25 municípios. A população desta localidade foi estimada em 212.579 habitantes, ocupando uma área total de 15.767,856 km² (IBGE, 2016).

Neste contexto, o papel desempenhado pelos CMEs constitui-se num ponto fundamental na discussão sobre participação social e democratização da gestão municipal. Por conseguinte, quando os conselheiros foram indagados sobre o papel dos conselhos de educação e sobre o papel que eles têm desempenhado, percebemos que há diferentes formas de compreendê-lo na perspectiva do controle social sobre as ações de governo e da democratização da gestão da educação pública.

Assim, uma conselheira entrevistada fez menção à questão da “cobrança” exercida pelo CME sobre o poder público no sentido de fiscalizar o cumprimento da legislação do ensino, a correta aplicação de recursos e a implementação das políticas públicas para a área educacional, o que, em alguns aspectos, se assemelha ao papel fundamental de controle social da atividade pública. A referida conselheira alegou falta de tempo para as atividades do conselho, o que se alinha com a estratégia governamental de nomear o maior número possível de conselheiros servidores de carreira dos municípios, os quais, em tese, não possuem tempo para exercer as funções de acompanhamento de controle social e fiscalizadora inerentes aos coletivos em tela. Além disso, existe aí a questão

da evidente dependência dos servidores municipais em relação aos governos, especialmente, quando o presidente do CME é servidor da educação municipal e representante do Poder Executivo local.

Verificamos, com base nas falas dos conselheiros, a influência direta dos gestores locais no efetivo funcionamento dos CMEs, com o intuito de inviabilizar o pleno desempenho do papel próprio a esses espaços de decisão social. Inferimos, também, que alguns dirigentes acreditam que os CMEs atuam contra os municípios, no sentido de atrapalhar a efetivação das obrigações alusivas a esses entes públicos. Tal atitude governamental expõe a cultura patrimonialista e coronelista ainda predominante em alguns municípios da microrregião do Bico do Papagaio (CAMPOS, 2003; ROCHA SILVA *et alii*, 2015). Na referida conduta, há notória afronta às leis municipais e nacionais que garantem a democratização da gestão pública e, sobretudo, o controle social do ente público pela sociedade, em todas as suas esferas de governo. Além disso, percebemos o desconhecimento do verdadeiro papel de responsabilidade do CME, visto que predomina a confusão entre o público e o privado (FAORO, 2001; LEAL, 2012), quando se trata da forma pela qual alguns governos locais encaram os conselhos de educação.

Observamos, no depoimento de uma dirigente, o argumento de que a sociedade não possui interesse em participar ativamente dos conselhos, cuja justificativa estava relacionada à cultura predominante no local. Entretanto, cabe ressaltar que a institucionalização de conselhos ou outros canais não é o suficiente para que ocorra a participação social de qualidade em qualquer instância de decisão. Logo, é essencial que o governo local tenha vontade política para que haja efetividade da participação social, pois “[...] só se aprende a participar, participando” (BORDENAVE, 2013, p. 73), ou seja, a participação social é uma construção do coletivo e os conselhos municipais são considerados ambientes propícios à reprodução das relações sociais, com base na cultura política prevalente na gestão municipal. Portanto, constatamos que a “cultura” da população local é utilizada por alguns dirigentes como subterfúgio para desqualificar a participação, causando o conseqüente divórcio entre o governo e a sociedade civil (TEIXEIRA, 2002).

Pelo exposto, vislumbramos o CME como órgão meramente burocrático e com papel reduzido apenas à homologação das ações executadas pela secretaria de educação. Segundo documento do Ministério da Educação (BRASIL, 2009, p. 42), “o papel fundamental dos CME é dividir com os Municípios a preocupação com a educação na busca de alternativas para os problemas existentes nessa esfera política”. Com base nos depoimentos dos entrevistados, a legitimidade dos CMEs no controle social da atividade pública e no aperfeiçoamento das políticas de educação municipal fica cada vez mais cerceada pelas relações verticais e assimétricas de poder, dentre outros fatores, ainda averiguados na microrregião em destaque. Os achados da pesquisa apontaram limitação e incipiência na atuação dos CMEs investigados.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Concepção, estrutura e funcionamento**: caderno 1 – o contexto de atuação, natureza e organização dos Conselhos Municipais de Educação. Brasília, 2009.

CAMPOS, F. Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ROCHA SILVA, Mônica A. et al. Sustentabilidade dos Municípios e Vulnerabilidade Regional no Estado do Tocantins: A Microrregião do Bico do Papagaio. In: SILVA, Fábio Carlos da; AMIN, Mario Miguel; NUNES, Silvia Ferreira (Org.). **Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015, v. 4, p. 411-452. (Coleção Formação Regional da Amazônia).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.